



Vieira sonhando o Futuro entre dois Mundos: O Novo Mundo, a Velha Europa e a Utopia da Humanidade Nova

José Eduardo Franco
Lisboa

[O] bem ou é presente, ou passado, ou futuro: se é presente, causa gosto; se passado, causa saudade; se é futuro, causa desejo.

Padre António Vieira
«Sermão de Nossa Senhora do Ó», 2013h: 390

Vieira, uma figura entre a selva e a corte

António Vieira foi no seu tempo um *homo viator* por excelência. Tanto viveu nos lugares mais inóspitos dos sertões brasileiros como calcorreou os corredores ricamente atapetados das cortes europeias. Repartiu a sua longa vida entre dois mundos: o Velho Mundo europeu e o Novo Mundo, que assim se dizia quando se revelava à Europa. Como anota Eduardo Lourenço:

Entre nós, a realidade não vai por um caminho e o sonho por outro, como na prática mais realista de D. Quixote. Confundem-se os dois com uma espécie de estado de inocência e esta maneira de ser reforçou-se, sobretudo durante os séculos em que fomos simultaneamente uma civilização de povo pobre a braços com as realidades mais imediatistas. Um homem encarnou soberanamente este duplo postulado do nosso destino enquanto destino barroco. O grande jesuíta António Vieira, aquele a que Pessoa chama a justo título o imperador da língua portuguesa, soube ser, sem esforço nem contradição aparente, um diplomata realista, quase maquiavélico, o defensor da condição dos índios do Brasil e um extraordinário sonhador. (Lourenço 1993: 153)

Com a sua experiência e o seu génio oratório, Vieira tornou-se mestre no exercício da palavra e na capacidade de ação missionária, política e social. Produto do seu tempo, foi moldado pela cultura barroca, mas também, em

Este artigo recupera, recompõe, completa e atualiza estudos críticos do autor que já foram objeto de publicação referenciada na bibliografia apresentada no fim deste texto.

grande medida, pela formação de elite que recebeu na Companhia de Jesus. Ao lado dos Dominicanos, esta era a Ordem da Igreja Católica que mais apostava na formação intelectual dos seus membros, tendo acolhido, igualmente, o jovem fogoso António Vieira, que vai revelar-se um dos vultos mais importantes da história dos Jesuítas em Portugal e no Brasil. Um dos mais relevantes desta Ordem, mas também um dos mais incómodos (cf. Franco / Lemos / Pinho 2016).

Quando, no dia 18 de julho de 1697, morreu o jesuíta, na sua querida cidade da Baía, onde não nasceu, mas onde recebeu toda a formação juvenil e, de algum modo, nasceu para a vida missionária, a imaginação febril da população, referida por um dos seus primeiros biógrafos, André de Barros, viu o céu incendiar-se ao receber a alma do Padre António Vieira.

Foi precisamente neste ambiente cultural e mental sensível ao milagre e à percepção de realidades prodigiosas, de contagiante sentimento místico, que o jovem Vieira, então com 15 anos, optou um dia por fugir para os braços da Companhia de Jesus, em cujo colégio virá a falecer. Dois extremos de um mesmo arco, o da vida, que, em rigor, não teve o seu início no Brasil, mas em Portugal.

Em 1614, com seis anos, António Vieira parte com a família de Lisboa para a Baía, para se juntar ao seu pai. Por essa altura, já tinha aprendido as primeiras letras por ação da mãe. Sendo o Colégio dos Jesuítas daquela cidade o principal foco da vida intelectual do Estado, é natural que aí tivesse recebido as primeiras luzes de ensino como aluno externo. Era precisamente de entre o conjunto destes alunos que os Jesuítas selecionavam os mais propensos a uma vocação religiosa ou ainda aqueles que revelassem maior talento ou mesmo os mais afortunados ou de mais relevante posição social para virem a fazer parte da Ordem. O importante era que fossem considerados como uma aquisição que pudesse valorizar a instituição religiosa. Uma vez escolhidos, iniciava-se todo um trabalho de afeição da vontade e de motivação religiosa e mística, inculcando-lhes o gosto pelas atividades de missionação e ensino que a Ordem realizava, promovendo a adesão e o orgulho nos seus símbolos exteriores, mas também a interiorização dos seus valores mais perenes, estimulando neles as virtudes evangélicas reputadas de essenciais: obediência, pobreza e castidade.

Numa noite, a 5 de maio de 1623, com 15 anos, evadiu-se o jovem António de casa para o Colégio, onde, de braços abertos, o recebeu o Reitor, naquilo que era um caso não tão estranho na história da Companhia, que re-

cebia estes jovens em fuga da família. No dia seguinte, encetou o noviciado. A família tentou contrariar-lhe o propósito, mas acabou por ter de se render à opção de Vieira.

Não admira também que, para explicar as dificuldades iniciais de Vieira no decorrer dos dois anos de noviciado que se seguiram, em que o seu génio não se revelou de imediato, tivesse surgido uma história prodigiosa que explica o seu destino de pregador: como compreendia mal e decorava dificilmente, em tudo aluno medíocre, decidiu pedir em súplica à Virgem das Maravilhas que lhe desse maior aptidão para os estudos. O seu mais antigo biógrafo, o Padre André de Barros, refere o testemunho de um confidente que ouviu do próprio Padre António Vieira o relato do milagre que então se operou por meio de um «estalido» no cérebro, acompanhado de uma dor tão violenta que pensou que iria morrer. Este alegado «estalo» criou fama e ficou conhecido, em certa tradição popular brasileira, como o «estalo de Vieira», expressão utilizada para referir que uma determinada pessoa teve uma ideia inspirada. Em seguida, a lição que ia dar, a qual lhe parecia obscura e difícil de recordar, tornou-se-lhe claríssima e presente ao espírito. Durante estes dois anos de noviciado, a formação de Vieira incidiu na educação da vontade à luz dos chamados três Conselhos Evangélicos: obediência, pobreza e castidade. De entre estas virtudes, a obediência era considerada a primeira, filha da humildade, a qual se procurava conquistar por múltiplos meios.

A 8 de maio de 1624, a armada holandesa da Companhia Ocidental sob o comando de Jacob Willekens apoderou-se da Baía e prendeu o governador Diogo de Mendonça Furtado. O bispo fugiu durante a noite, pondo a salvo as relíquias dos Jesuítas que, com a população, fugiram também para as aldeias de indígenas de São João e Espírito Santo, localidades superintendidas pela Companhia de Jesus. Vieira tinha então 16 anos e anotou os acontecimentos na *Carta Anua* de 1626, que foi convidado a escrever. A carta anual era uma espécie de relatório anual que os Jesuítas tinham de enviar ao Superior-geral, residente em Roma. Já aí era excelente a descrição que desse primeiro assalto fez o jovem noviço. A 30 de abril de 1625, chegaram à Baía socorros de Pernambuco e do Rio, além da armada de D. Francisco de Toledo, enviada da Metrópole. Os holandeses capitularam e regressaram à Europa. A 5 de maio, os Jesuítas celebraram, na sua igreja da Baía, a vitória dos portugueses. No dia seguinte, Vieira, com 17 anos, proferiu os chamados votos simples de pobreza, obediência e castidade, fazendo, deste modo, promessa de entrar na Companhia.

Nos finais do ano de 1626, deixou a terra onde fizera os primeiros estudos para ir reger a cadeira de Retórica no Colégio de Olinda. Com 18 anos, já Vieira era preferido, em detrimento dos padres de mais letras, sem dúvida por ser um latinista de exceção e perfeito no domínio da língua vernácula.

Nos oito anos seguintes, até se ordenar sacerdote em dezembro de 1634, pouco se sabe da vida de Vieira. Na Quaresma de 1633, pregou pela primeira vez na Baía o «Sermão da Quarta Domingo», em que o seu talento de orador se começava já a revelar pelo uso de uma linguagem bélica e de conceitos militares pouco comuns no altar. Em 1638, foi nomeado lente de Teologia, com fama de notável orador.

Entre 1636 e 1641, altura em que viajou para Portugal, aplicou-se a doutrinar os índios das aldeias e a gentilidade do Maranhão e do Pará. O Colégio dos Jesuítas era para ele apenas um ponto de passagem e um alojamento transitório, estando a maior parte do tempo com os índios no mato, onde era verdadeiramente pregador e missionário.

Por esta altura, para além do tom já profético dos seus sermões, o Padre António Vieira era um aparente defensor do poder castelhano em Portugal durante o domínio filipino, ainda não se mostrando entusiasticamente sebastianista, o que mudou radicalmente aquando da Restauração em 1 de dezembro de 1640. Com o intuito de assegurar a adesão do Estado a D. João IV, Vieira regressou a Portugal com 33 anos. Partiu a 27 de fevereiro de 1641 de São Salvador da Baía e desembarcou em Peniche a 28 de abril desse mesmo ano para iniciar um dos períodos mais conturbados, apaixonantes e polémicos da sua longa vida.

Uma vez em Lisboa, o Padre António Vieira conquistou a confiança e a amizade de D. João IV, que o fez pregador régio logo em 1644. O Rei, apercebendo-se da particular sensibilidade do jesuíta para os negócios do Estado, tornou-o também seu conselheiro particular, tendo mesmo António Vieira desempenhado funções de diplomata.

Nesta nova situação, Vieira metamorfoseou-se numa figura de alcance nacional, que procurou vencer na Metrópole, não tanto como missionário jesuíta, mas sobretudo procurando exercer influência política e mudar o rumo dos acontecimentos num momento particularmente difícil da vida da nação, a pós-Restauração. Este período, essencialmente virado para os negócios terrenos, abrangeu os anos de 1641 a 1652. Foi o tempo da revelação de Vieira como homem político, mas também o momento em que a sua vocação de jesuíta foi posta à prova.

O demasiado empenho nos negócios do mundo da política levou a que fosse colocada em causa a sua pertença à Companhia de Jesus. Com efeito, a corte portuguesa a que chegara era para o Padre António Vieira um mundo deslumbrante, que viveu quase como um sonho, pouco lembrado das virtudes da humildade, da modéstia e do silêncio.

Vieira completara 35 anos de idade, tinha 20 de religioso e 9 de sacerdote, e ainda não era um jesuíta completo, com a categoria de professo. Por isso, o ano de 1643 foi de recolhimento, por ser o terceiro de provação antes de se tornar jesuíta de pleno direito. No final desse ano, que Inácio de Loiola chamou de «escola do afeto», deveria estar o jesuíta pronto a acrescentar aos três votos que já fizera (obediência, castidade e humildade) o de total obediência ao Papa. No dia 22 de maio de 1644, pronunciou Vieira os últimos votos, obtendo o grau de professo de quatro votos.

Entretanto, o forte envolvimento político ao serviço da corte portuguesa, os problemas graves que teve com a Inquisição, bem como o seu projeto realizado de criar uma segunda província da Companhia de Jesus em Portugal (a Província do Alentejo), dividindo a única província administrativa existente, suscitaram grande descontentamento interno da parte de alguns sectores da Companhia de Jesus em relação à ação de Vieira. Este clima criado em torno da figura de Vieira levou o Superior-Geral a enviar-lhe uma carta de expulsão da Ordem. O Rei D. João IV, seu amigo incondicional, teria chegado a prometer-lhe um bispado para o colocar numa situação de maior relevo e proteção em relação ao Santo Ofício, livre da obediência à Companhia de Jesus. No entanto, manifestou-se de forma inesperada a fidelidade de Vieira à pretensão de se manter como simples jesuíta. Jazeu à porta da sua comunidade para mendigar o regresso e, devido à interferência do Rei de Portugal, a pedido de Vieira, o Geral dos Jesuítas reconsiderou a decisão e reintegrou o pregador.

É já no ano de 1656, na qualidade de Superior das Missões, que o encontramos a pedir o reforço do contingente de missionários para o Norte do Brasil. Empolgado com os sucessos alcançados nas missões em terras de Vera Cruz, advogava a abertura de uma Casa de Noviciado no Maranhão para formar os futuros Jesuítas que atuariam naqueles campos missionários, certamente tendo em mente a possibilidade de, no futuro, se constituir ali uma província autónoma da Companhia, quando o Maranhão fosse autossuficiente em vocações e em meios.

Já anteriormente, quando tinha influência na corte joanina, tinha gizado projetos de províncias autônomas da Companhia em Portugal ao conceber a divisão da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, criando uma nova que compreendesse Lisboa, a região do Alentejo e o resto de Portugal a sul do Tejo, a Ilha da Madeira e Angola. De facto, com o apoio do Rei, esta divisão chegou a concretizar-se em 1653, mas não durou mais de dois anos.

Entretanto, a vida de Vieira foi marcada por muitas mudanças. Perdida a sua preponderância na corte com a morte de D. João IV em 1656, a sua vida foi intercalada pela ação missionária intensa no Brasil; por prisões e condenações pela Inquisição na década de 60; por uma viagem e estada em Roma, entre 1669 e 1675, onde conseguiu a remissão da sua pena inquisitorial pelo Papa; pelo retorno a Portugal, onde se desiludiu com o governo português presidido por D. Pedro II, que não demonstrou a deferência que esperava; e pelo regresso definitivo ao Brasil em 1681, para entregar o resto da vida à causa missionária. Ainda ocupou cargos de relevo nas missões jesuíticas brasileiras, nomeadamente o de Visitador-Geral das Missões do Brasil e do Maranhão. Permaneceu, nos últimos anos, na comunidade baiana da Quinta do Tanque, já muito idoso, continuando, por ordem do Superior-Geral, o trabalho paciente de preparação dos seus vastos volumes de sermões para publicação, assim como a redação daquela que considerava a sua obra magna: a *Chave dos Profetas (Clavis Prophetarum)*. Laborioso até ao fim, morreu o Padre António Vieira no Brasil, em 1697, no seio da mãe Companhia de Jesus, que o gerou para a Igreja e para a vida política (cf. Franco 2009).

Mundo velho e mundo novo

A Europa moderna do século XVII, em grande transformação e convulsão social, política e científica, bem como em plena imposição imperial, através da afirmação dos seus Estados-Impérios no mundo, mas em disputa violenta entre si, apresentava-se como um laboratório onde se engendrava o futuro do mundo. Vieira conheceu esse coração da Europa em ebulição, e este não deixou de influenciar fortemente o seu horizonte de compreensão do Homem e a sua prospetivação teleológica da humanidade.

Se o Novo Mundo era para Vieira laboratório de mundo novo, possibilidade de realização de uma utopia religiosa capaz de construir uma sociedade idealmente ordenada, o Velho Mundo europeu e cristão apresentava-se como o modelo a implantar, mas ao mesmo tempo como mau exemplo a evitar na

construção de uma sociedade global cristificada. Assim, os dois mundos que se encontravam na experiência do pregador jesuíta eram um laboratório de mundo novo por imitação, inspiração e contraste.

O empenhamento missionário do pregador jesuíta Padre António Vieira nas missões jesuíticas do Brasil inspirou-lhe uma reflexão muito própria em termos missiológicos e revolucionou a mundividência europeia que transportava como natural do velho continente, quer por ali ter nascido, quer como herdeiro da sua tradição cultural e científica.

O pensamento missiológico de Vieira desenvolveu uma visão da Europa e do Novo Mundo que ganhou um significado mais largo na articulação com a elaboração da sua utopia quinto-imperialista. Com efeito, o ideário utópico deste jesuíta acabou por ser uma espécie de ponto de chegada aglutinador e ressignificador de toda a sua obra e reflexão teológica, antropológica, cosmológica e historiológica enquanto notável pregador do período barroco luso-brasileiro.

Vieira acabou por tornar-se, num contexto luso-brasileiro, uma figura emblemática daquela marca distintiva dos membros da Companhia de Jesus, enquanto Ordem de circulação e atuação global. De facto, este pregador barroco identifica-se com o modelo definido por Chris Lowney no seu curioso livro sobre a história da Companhia de Jesus, escrita à luz das categorias linguísticas e conceptuais do universo epistemológico da Gestão e da Economia contemporâneas: «Os Jesuítas abraçavam o mundo; inseriam-se na vida quotidiana, viviam nas cidades e centros culturais, viajavam e trabalhavam com as populações» (Lowney 2006: 134; cf. Franco 2006: vol. I). Com efeito, a Companhia de Jesus imprimiu, na Modernidade, uma forte e decidida viragem na vida monástica clássica, já encetada na Baixa Idade Média pelas Ordens Mendicantes de que é herdeira. Em vez da medieval e beneditina *fuga mundi*, os Jesuítas apostaram fortemente na *vita in mundo*. Nestes e noutros aspetos, a Ordem de Loiola revela-se bem moderna e adequada aos desafios impostos à Igreja pela abertura globalizante da vida humana no planeta Terra.

A Europa, antiutopia do Novo Mundo

As diversas viagens que Vieira teve de realizar por diferentes países e continentes, tornando-o, de facto, um dos mais importantes viajantes do século XVI português, abriram-lhe horizontes e funcionaram como um fator de

aprendizagem e uma fonte de inspiração e de confrontação para a geração de soluções progressivas. Neste domínio da mobilidade, são, pois, de destacar as suas viagens por diferentes Estados do continente europeu.

A relação do Padre António Vieira com a Europa pode ser caracterizada como dicotómica a vários níveis. Era uma relação de afeto e de desafeto. Encontrou na Europa uma oportunidade de afirmação, de inspiração e de glória, como também um espaço de ilusão e de desilusão. Europa: continente da Cristandade, porta-farol do Evangelho, mas, ao mesmo tempo, lugar da divisão, da fratura, das guerras fratricidas por causa da heresia e da ruína da unidade cristã sob a égide da Igreja de Roma (cf. Calafate 2006: 61 e ss.). Divisão, fratura, heresia que, sabiam bem ele e a sua Ordem, eram exemplos contraproducentes em termos de eficácia missionária. Por isso, queriam evitar a tudo o custo que este cenário se repetisse no Novo Mundo ou, pelo menos, no seu novo mundo sob controlo dos missionários católicos e, particularmente, na gestão jesuíta da empresa missionária. Ele idealizava e lutava por um Novo Mundo imune e liberto da mácula da divisão dos cristãos, que pudesse inaugurar um mundo novo, um mundo unido, reunido num mesmo rebanho e em torno de um só pastor. Aliás, esta preocupação estratégica de Vieira era comum a outros Jesuítas que, noutras frentes de missionação (*vide* Japão e China), tentaram evitar por todos os meios a reprodução da divisão do cristianismo que se verificava na Europa e mesmo o seu conhecimento pelos novos povos missionandos (cf. Franco 2007: 7 e ss.).

Esta perceção dual e fratural da Europa perpassa, como preocupação e acusação, a sua parenética e está patenteada de forma aguda nas suas obras proféticas, mormente na *História do Futuro* e na *Clavis Prophetarum* (cf. Franco 1999).

Se Vieira, no que respeita à sua visão do mundo que se abriu à navegação, ao comércio, às trocas culturais e especialmente à evangelização, era bem moderno, o seu olhar sobre o continente onde o seu país de nascimento se inseria oscilava ainda entre o conceito medieval de Cristandade e o conceito moderno de Europa. Aliás, podemos observar que Vieira utilizava já algumas vezes o termo Europa para se referir ao seu continente em termos de geografia física, humana, política e cultural, mas o seu ideário cristianizante e utópico de anúncio de um tempo novo para a humanidade sobre a Terra ainda era herdeiro direto do modelo medieval de unidade, no contexto do paradigma político-social de Cristandade, consubstanciado no mito do império

cristão universal, que então se desejava ver estendido a todo o orbe terrestre (cf. Valente 1980: 215 e ss.).

Foi com base neste modelo que o pregador jesuíta comentou, em vários sermões seus, a assunção e expansão ameaçadora do poder imperial das novas potências europeias de confissão protestante, com especial destaque para a Holanda. Por exemplo, no seu famoso sermão pregado na Baía contra as *Armas da Holanda*, as quais cobiçavam as possessões portuguesas em terras de Vera Cruz, o que estava em causa para Vieira era, essencialmente, uma luta dual entre a verdade ortodoxa e a mentira herética, entre a Europa fiel e a Europa infiel, desobediente à Igreja de Cristo, cuja unidade – para ele, enquanto jesuíta e católico – era simbolizada pelo Papa. Como comenta Miguel Real, no seu livro sobre o grande pregador jesuíta:

Desta atmosfera bélico-religiosa, nasce o seu nacionalismo, Vieira lança do púlpito louvores à história dos portugueses. Porém, o seu nacionalismo não fora alimentado apenas na história da pátria, fizera-se igualmente na luta contra os hereges, alimentado pela sua condição religiosa de católico. (Real 2008: 39)

Portugal, país-porta para a humanidade nova

Por isso, e pelo papel relevante que Portugal teve no processo de abertura do mundo ao próprio mundo, contribuindo para aquela que pode ser considerada a primeira globalização (cf. Rodrigues / Devezas 2007) e abrindo caminho à pregação universal do Evangelho, o Padre António Vieira conferiu a Portugal uma natureza luminosa e uma função iluminadora para a Europa, de que Santo António, figura patrona de Vieira e protótipo da diáspora evangelizante pela Europa, era modelo. Precisamente no «Sermão de Santo António», gizado, em Roma, em duas partes, entre 1671 e 1672, para ser pregado na Igreja de Santo António dos Portugueses da Cidade Eterna, o pregador barroco estabeleceu a condição ontológica de Portugal e o seu papel na Europa e no mundo: ter *ofício de luz (lux mundi)* e ser tecelão da unidade perdida no seu continente, na velha Cristandade e até no mundo aberto aos olhos europeus, mundo esse então desordenado em termos de relações entre povos, pois em permanente conflito e disputa (cf. Vieira 2014c: 231 e ss.).

Para Vieira, a europeia nação portuguesa, desde a sua historiogénese, era enquadrada providencialmente e compreendida profeticamente na história universal em perspetiva soteriológica de fundo bíblico. Conteúdos do profetismo bíblico veterotestamentário eram relidos e iluminados herme-

neuticamente à luz dos acontecimentos modernos da história de Portugal, em articulação com a história da humanidade. Tudo era orientado por Vieira tendo em vista a valorização, exaltação e legitimação de um lugar especial, relevantíssimo, de Portugal no xadrez das nações, o estatuto de novo Israel, de povo eleito da Nova Aliança.

A missionação *ad gentes*, ou o processo da pregação universal aos desconhecedores da doutrina de Cristo, assumida no discurso político como tarefa prioritária e justificatória da expansão portuguesa para além das fronteiras europeias, ganha em Vieira uma relevância central para perceber todo o seu pensamento estratégico, a sua ação fundamental e o seu projeto teleológico. Podemos citar, entre inúmeras, esta passagem do «Sermão da Epifania», decorrente desta acentuação ideológica nuclear:

Mas o tempo, que é o mais claro intérprete dos futuros, nos ensinou dali a Quatrocentos anos que estes felicíssimos Reis foram El-Rei Dom João o Segundo, El-Rei Dom Manuel, e El-Rei Dom João o Terceiro: porque o primeiro começou, o segundo prosseguiu, e o terceiro aperfeiçoou o descobrimento das nossas Conquistas, e todos três trouxeram ao conhecimento de Cristo aquelas novas Gentilidades, como os três Magos as antigas. (Vieira 2013g: 355)

Mesmo toda a sua ação e produção escrita dedicadas a outros assuntos aparentemente desligados do sentido missiológico estruturante da sua vida e ação não podem ser entendidas fora do seu ideário missionário.

Aqui se deve englobar a compreensão de todo o seu empenhamento político ao serviço da afirmação do reino de Portugal no período da pós-Restauração da Independência e as suas viagens pelo continente europeu, bem como as advenientes apreciações do velho continente, que é iluminado e compreendido em função da sua experiência e das suas preocupações fundamentais com o Novo Mundo, em relação ao qual ficou para a história também como um empenhado construtor.

Além do seu destacado papel político em Portugal, teve a oportunidade, como poucos no seu tempo, de conhecer centros nevralgicos do velho continente em que se inseria o seu país. Formado no Brasil, no grande estabelecimento de ensino que era naquele tempo o Colégio da Baía, pertencente à Companhia de Jesus, e revelados os seus talentos oratórios naquela que era a capital da colônia portuguesa do Brasil, o jesuíta encontrou uma oportunidade de afirmação das suas qualidades quando regressou à Europa, onde nasceu.

A Europa como espelho crítico de Portugal

Nos anos 40 do século XVI, Vieira foi enviado pelo Rei D. João à Europa, isto é, ao coração do continente europeu, onde se estavam a decidir os destinos do reino e do mundo no tempo em que se negociava aquele tratado de paz e concórdia que ficou conhecido como o Tratado de Vestefália. A fim de secundar, como embaixador extraordinário, a diplomacia portuguesa em negociações urgentes, particularmente em favor do reconhecimento da autodeterminação portuguesa, o Padre António Vieira encontrou nessa Europa em convulsão e em estado de progresso material acentuado, comparativamente à Europa ibérica, uma oportunidade de aprendizagem criativa, isto é, em termos de modelos a imitar, nomeadamente quanto a métodos empreendedóricos e estruturas de organização económica.

Em França, procurou concertos e alianças entre a família régia francesa e a portuguesa, negociando casamentos e oferecendo até Portugal como protetorado francês, em nome da sobrevivência da liberdade do seu país em relação à vizinha Espanha, que tentava a todo o custo recuperar o domínio perdido, e da manutenção do território brasileiro em mãos portuguesas. Chegou mesmo a projetar a possibilidade da deslocação da corte portuguesa para o Brasil, temendo, ao mesmo tempo, uma invasão holandesa da Metrópole e a perda da grande colónia vera-cruzense em favor de um «poder protestante». Antecipou assim, em termos de projeto, a concretização da primeira deslocação alguma vez ocorrida de uma corte europeia para uma das colónias imperiais, como aconteceu no princípio do século XIX com a ida de D. João VI para o Rio de Janeiro, fugindo às invasões francesas (cf. Martins 1997: 15 e ss.).

Esta e outras propostas temerárias valeram-lhe o cognome, aliás injusto, de «Judas do Brasil» pelos que não tinham a visão europeia obtida por Vieira da situação de grande fragilidade em que se encontrava Portugal.

Nos Países Baixos, tomou consciência da grande perda de capital humano que tinha representado a sucessiva sangria da comunidade de origem judaica residente em Portugal que, devido ao mito obsessivo da limpeza de sangue e de religião, que redundou nas sucessivas perseguições inquisitoriais, foi emigrando para a Holanda, onde contribuiu, com a sua conhecida capacidade de gerar riqueza, para favorecer a afirmação do Império Holandês.

Nesta Europa judaica de origem portuguesa, negociou com a comunidade sefardita de Amesterdão e com o governo português a recuperação desse importante capital humano. Para realizar tal intento, chegou mesmo ao ponto de ousar propor medidas de reforma do Santo Ofício, com o objetivo de atenuar os seus métodos persecutórios e lhe dar um carácter mais pedagógico.

A possibilidade de um mundo novo e de uma humanidade nova

Na sequência de diálogos com grandes figuras da intelectualidade judaica, como Menassé Ben Israel, o embaixador jesuíta, em nome do seu plano íntimo de consolidação da Restauração portuguesa, chegou a fazer concessões extraordinárias no plano do seu projeto teleológico. Este seria consubstanciado na sua utopia do Quinto Império, que lhe valeu o título de precursor de um protoecumenismo em que ritos e tradições de religiões, como a judaica, poderiam vir a ser tolerados na visão futura da última era da história. O ambiente profetista de pendor sebastianista que se vivia em Portugal e o contacto com sectores judaicos europeus marcados pela esperança na vinda do Messias e na chegada da idade sabática da história levaram Vieira a conceber e a proclamar a emergência de uma nova era milenarista que viesse resolver os problemas graves que dividiam a Cristandade europeia e a tinham lançado para o novo mapa global do mundo em estado de conflito (Gomes 1992: 319-328).

Para ele, que considerava o seu país o eleito da Nova Aliança, o novo Israel, a solução para um futuro melhor estaria na história portuguesa, que se cruzaria, a breve trecho, com a história mundial sob o protagonismo do monarca lusitano ressuscitado, como profetizou na célebre carta de 29 de abril de 1659 destinada ao bispo eleito do Japão, André Fernandes. Esta ficou conhecida pelo título «Esperanças de Portugal: Quinto Império do Mundo» e nela diz que:

Ressuscitará sem dúvida El-Rei Dom João, e a sua ressurreição será o meio fácil de conciliar o respeito e obediência de todas as nações de Europa, que o hão de seguir e militar debaixo de suas bandeiras nesta empresa; o que de nenhum modo fariam, sendo tão orgulhosas e altivas, se não fossem obrigadas deste sinal do Céu, entendendo todas que não obedecem a um rei de Portugal, senão a um capitão de Deus. (Vieira 2014a: 93)

E continua:

Em Europa verá universal suspensão de armas entre todos os Príncipes cristãos católicos, e não católicos; verá ferver o mar e a terra em exércitos e armadas contra o inimigo comum. Na África e na Ásia, e em parte da mesma Europa, verá o Império Otomano acabado, e El-Rei de Portugal adorado Imperador de Constantinopla; finalmente, com assombro de todas as gentes, verá aparecidos de repente os dez tribos de Israel, que há mais de dois mil anos desapareceram, reconhecendo por seu Deus e seu senhor a Jesus Cristo, em cuja morte não tiveram parte. (Vieira 2014a: 104)

Vieira manifestava a convicção de que Portugal transportava consigo o desígnio celeste para deslindar os nós da história dos homens, que impediam a paz e a concórdia desejada desde a queda original. A Europa era vista como a primeira parte do mundo a que Portugal pertencia, à qual precisava de prestar contas, como se pode depreender desta passagem de uma das suas cartas a D. Rodrigo de Meneses, de 29 de junho de 1655: «Queira Deus encaminhar a pena do nosso *Mercúrio* de maneira que a glória de tamanho caso não fique escurecida, e acabe de conhecer Europa e o mundo o que deve de conhecer» (Vieira 2013a: 491).

Dos países-impérios europeus que o jesuíta português visitou, a Holanda foi o que mais o impressionou e marcou. Mas se a Holanda foi o lugar onde Vieira alargou os seus horizontes de pensamento e colheu modelos de organização e de empreendedorismo nos planos político e económico, como é o caso das companhias monopolistas de comércio e navegação, foi também o país da heresia, que Deus pareceu favorecer em detrimento de Portugal – para desconcerto de Vieira. Porém, nunca deixou de o classificar como o país-negativo de Portugal (Besselaar 1971: 5-35). Esse Portugal onde a mancha da heresia nunca teria tocado e constituído exemplo, sendo até um país-mártir, que sempre, na Europa e para o mundo, teve o estatuto de farol da fé.

Roma, lugar de glória e de crítica

No final da década de 60 do seu século de Seiscentos, depois de um atormentado processo inquisitorial que o condenou, Vieira conseguiu encontrar a oportunidade de viajar até Itália e residiu, até 1675, na cidade papal. Nesse país-coração-da-Europa-católica do tempo, o pregador inaciano encontrou o seu momento de glória europeia, depois do pouco êxito visível alcançado nas viagens diplomáticas pela Europa, na década de 40, ao serviço de D. João IV.

Em Roma, Vieira, depois de se ter tornado proficiente na língua italiana, ganhou notoriedade como orador, tanto entre os sectores ligados à Cúria da

Companhia de Jesus e entre a colónia portuguesa residente naquela cidade, como também na corte papal e na corte da Rainha Cristina da Suécia, ali exilada desde 1668. De tal modo que não faltavam convites insistentes para permanecer ali, quer ao serviço da Igreja, quer como pregador régio da soberana sueca. Contudo, Vieira não se adaptou àquela cidade, que considerava mais um lugar de exílio da sua cidade de Lisboa, onde continuava a viver em pensamento. Com efeito, revelou este mesmo estado de espírito em carta enviada a Duarte Ribeiro de Macedo, a 10 de julho de 1674: «Roma para mim é Lisboa, onde estou sempre com o pensamento, e por isso sempre triste» (Vieira 2013d: 453).

Sempre preocupado com o seu país e com o desejo da sua recuperação, foi de Roma que Vieira lançou os mais argutos olhares críticos sobre a posição de Portugal na Europa, as suas vantagens e desvantagens. Escreveu, em carta de 31 de dezembro de 1672, a D. Rodrigo de Meneses, seu interlocutor frequente, com quem abordava preferencialmente as questões europeias:

Mas, senhor, o nosso caso não é este; não quero que sejamos ricos, quero somente que conheçamos a nossa fraqueza, e o nosso evidente perigo, e que tratemos de prevenir o precisamente necessário, para conservar a liberdade, o reino e as conquistas; e visto que estamos conhecendo e padecendo com tantos descréditos a impossibilidade dos quatro palmos de terra que Deus nos deu na Europa; porque nos não havemos de valer da nossa situação, dos nossos portos, dos nossos mares e dos nossos comércios, em que Deus nos melhorou e avantajou às nações do mundo? Todas nos invejam esta felicidade e deixam as suas pátrias para a vir buscar e lograr entre nós, e só nós nos não sabemos aproveitar dela, e enriquecemos as terras estranhas com os instrumentos nascidos e criados na nossa, que a puderam fazer a mais florente e poderosa de todas. (Vieira 2013c: 280)

Ao mesmo tempo que, na passagem citada, chamava a atenção para o facto de, apesar da pequenez territorial da Metrópole portuguesa na Europa, o nosso lugar estar situado em posição geográfica estratégica como país marítimo, noutro trecho acusava a nossa ineficácia e incapacidade de pugnarmos para valorizar e proteger o que conquistávamos, perdendo muito em favor dos outros reinos europeus. Foi este o sentimento que desabafou em carta a D. Rodrigo de Meneses, de 23 de fevereiro de 1671:

Ah senhor! Que mal entendemos hoje em que consiste a verdadeira autoridade! Perdoe-me Vossa Senhoria, e consinta-me que diga que ainda lá nos não amanheceu. Há mais de trinta anos que tenho visto toda a Europa, e são tão cegos os meus olhos, que veem mais os que só viram o mundo no mapa e o mar no Tejo. Não tenho paciência para ler as gazetas do mundo, e ver falar nelas de todos os príncipes e reinos, e só do nosso um perpétuo silêncio, como se fora Portugal um canto de terra incógnita. Batalha França, Inglaterra e Holanda sobre a Índia; e nós, tendo paz e soldados,

deixamos perder o que tanto sangue custou aos portugueses, e tanto desvelo aos reis, que nunca tiveram um herdeiro de tantas prendas, como hoje têm. Confesso a Vossa Senhoria que não posso considerar nisto, sem grande dor, nem ouvir falar aos estrangeiros, sem grande confusão. (Vieira 2013b: 96)

Por vezes, o próprio Vieira dava razão aos europeus quando criticavam Portugal pela forma como procedia na obtenção de riquezas, no quadro do seu processo de expansão ultramarina. Em carta de 17 de abril de 1675, dirigida a Duarte Ribeiro de Macedo, o jesuíta escreveu: «Assim resgatávamos antigamente o ouro na Cafraria, e imos qualificando o nome que não sem razão nos chamam de cafres da Europa. Não crera tal coisa se ma não referira pessoa digna de fé, e este é o estado a que tem chegado o eclesiástico e secular da nossa terra» (Vieira 2013e: 537).

Com efeito, a Europa de Vieira era o espelho que lhe permitia ora criticar, ora louvar Portugal e a situação portuguesa. Foi conhecendo a Europa por dentro que Vieira se tornou, de certa maneira, a consciência portuguesa alargada com a perceção da evolução da história do mundo e da sucessão dos impérios da velha Cristandade. Foi de Itália que escreveu, em 1672, a D. Rodrigo de Meneses, como que a chamar a atenção do nosso país para o facto de os tempos de preponderância imperial portuguesa terem passado e de os impérios emergentes se afirmarem e superarem os impérios ibéricos, devendo estes ter a capacidade de aprender com eles em termos de estratégia económica e de aperfeiçoamento científico e tecnológico:

Não estamos em tempo de el-Rei Dom Manuel ou de el-Rei Dom João o terceiro, em que só os nossos astrolábios sabiam navegar e só os nossos galeões tinham nome. Holanda, Inglaterra e França se têm feito potentíssimos no mar, e por isso uns podem contrastar, e outros resistir à fortuna nos maiores apertos dela; e porque Espanha (cujos erros nós seguimos, devendo aprender deles) o não fez assim, se começou a perder, e perderá de todo, se não abrir os olhos, como já parece quer fazer. (Vieira 2013c: 279)

Por outro lado, noutras cartas, foi capaz de louvar aspetos da política estratégica portuguesa em relação à de outros países da Europa. A 18 de novembro de 1675, escreveu a Duarte Ribeiro de Macedo, bendizendo a nossa neutralidade, que nos dava o estatuto de nação mais pacífica da Europa:

O Enviado dessa Corte teve esta semana a sua primeira audiência. Disse-se ao princípio que nos vinha convidar para mediadores da paz, e que Lisboa seja o lugar do congresso, como o mais neutral de toda a Europa. Agora ouço que vem pedir a renovação ou cumprimento da antiga liga, e quando não, a satisfação das despesas com que França se empenhou na nossa guerra; e que isto seja torcedor para nos obrigar a que a façamos a Castela. Não faltarão ocasiões ao novo Enviado em que empregar o

talento. Deus nos inspire o melhor, porque a inclinação de Sua Alteza toda é contra os argelistas, e agora mais picado com o pouco ou nada que obrou a sua armada e com novas presas de 4 ou 5 navios que de presente nos tomaram. (Vieira 2013f: 52)

Apesar da glória alcançada naquele palco verdadeiramente internacional e cosmopolita que era Roma, entre grandes dignitários da política, da Igreja e da cultura, o jesuíta português não descansou enquanto não pôde regressar à sua pátria. Todavia, não sem antes conseguir o principal intento que ali o tinha levado: obter uma nova sentença papal, de última instância, que comprovasse a sua inocência e revogasse a condenação do Santo Ofício português. E quis estender o processo de comprovação da sua inocência a muitos outros réus que a Inquisição lusitana tinha perseguido e condenado de forma injusta e obscura. A muitos outros homens e mulheres, como foi o caso das freiras do convento da Conceição de Évora. O processo erróneo destas últimas foi usado por Vieira como prova final, com a qual logrou obter uma inédita decisão papal: a suspensão da atividade judicial da Inquisição, pelo Papa Clemente X, durante cerca de sete anos em Portugal.

Um dos aspetos mais significativos da sua experiência europeia, nomeadamente daquilo que observou em Roma e nos Países Baixos, foi o facto de passar a dispor de modelos sociais, económicos, institucionais, sociais e ideológicos de confronto com a realidade portuguesa. Este capital de conhecimento permitiu-lhe, com mais autoridade e convicção, lançar olhares críticos sobre aspetos atávicos, entrópicos e bloqueadores, dominantes na realidade portuguesa. Em vários planos, Vieira gizou e propôs, cobrando vantagem do conhecimento que obteve do melhor da Europa do tempo, reformas em Portugal em favor da sua afirmação, do seu progresso e até da sua sobrevivência como país independente, e de molde a ganhar uma nova relevância no seu continente e na cena mundial.

Defendeu, à semelhança da Holanda e da Inglaterra, a criação de empresas monopolistas para promover o comércio com o Brasil e com o Oriente, de modo a otimizar estas áreas estratégicas de produção de riqueza para recuperar o país e sustentar a empresa de missão. Propôs reformas sociais e políticas importantes, particularmente a reestruturação da Inquisição e uma autonomia maior do poder régio em relação a esta. Mesmo Roma, como já tinha acontecido com o Novo Mundo, lhe deu bons motivos para criticar a sociedade portuguesa fechada, intolerante e invejosa. Na cidade papal, via mais liberdade, valorização e aceitação da diferença, e mais abertura de ideias do que em Lisboa. A sua experiência europeia permitiu-lhe concluir

que o governo régio de Portugal deveria ter capacidade, autonomia e centralidade para poder assumir plenamente, nas suas mãos, o papel de promoção de um reino livre do agrilhoamento dos preconceitos, das superstições e das clientelas sociais e religiosas, que impediam o progresso do seu país.

Depois da sua estada em Roma, nunca mais voltou à Europa e, desiludido, no final da década de 70, com a corte lisboeta, que não lhe deu o acolhimento e o valor dos quais achava ser merecedor, voltou ao Brasil e aos índios do seu coração para ali morrer. Mas levou com ele a experiência europeia e dali nunca se coibiu de continuar a lançar olhares críticos e preocupados com a situação do país, que nunca mais via atingir a glória que lhe tinha prometido, como profeta da nação que também foi, como teorizador do Quinto Império.

Considerações finais

A aprendizagem que Portugal, através da voz de Vieira, fez da Europa não se caracterizou, todavia, por uma adesão absoluta a tudo o que era europeu. Antes pelo contrário, o pregador e embaixador jesuíta, diferentemente do que aconteceu mais tarde com alguns viajantes, não se apaixonou pela Europa de maneira incondicional nem abdicou do seu olhar crítico perante esta. O Padre Vieira soube colher os exemplos e as boas apostas da Europa que podiam favorecer Portugal, para que o nosso país se tornasse mais forte. Contudo, não deixou de lançar um olhar crítico sobre as questões que considerava indesejáveis na mesma Europa, em situação de grande progresso material. Aspetos incómodos que, na perspetiva do pregador, deviam ser evitados, de modo que fosse salvaguardada a identidade portuguesa e aquilo que entendia ser a sua missão fundamental enquanto povo.

Apesar dos desaires e amarguras provocados por inimigos externos e por alguns confrades seus, ainda viu, nos últimos anos da vida, algumas ideias suas vingarem, como foi a criação, a 1 de março de 1694, conforme projeto próprio, apresentado dois anos antes, da Casa da Moeda do Brasil, instituição considerada importante para a consolidação da estrutura económica colonial daquele imenso território. Entretanto, continuou a chegar ao seu conhecimento o eco da sua notoriedade de grande pregador no estrangeiro. Por exemplo, em 1690, foi publicada, em Puebla de los Ángeles, no México, a «Carta antenagórica», da poetisa Soror Inés de la Cruz, a propósito do «Sermão do Mandato», que classifica Vieira como «orador grande entre os

maiores» (Vieira 2014b: 240). À data da sua morte, já tinha 11 tomos de sermões publicados, sendo os quatro que faltavam publicados postumamente até ao ano de 1748.

Vieira, no século XVII, continuou o espírito europeu de viagem, de aprendizagem e de crítica dos bolseiros régios e de outros viajantes dos séculos anteriores. E mais do que isso, neste e em muitos outros domínios, conseguiu antecipar este mesmo espírito europeu, que se tornou apanágio dos imprópriamente chamados estrangeirados do século seguinte, o século do Iluminismo, os quais, percorrendo e vivendo na Europa, procuraram ali colher modelos e inspiração para «iluminar» Portugal com medidas para combater os chamados «obscurantismo» e «ostracismo» portugueses, em nome de um Portugal afirmativo, positivo e de cabeça voltada para o futuro.

Escreveu Eduardo Lourenço, hermeneuta da cultura portuguesa, sobre o significado da intervenção histórica de Vieira:

Consciente das nossas fraquezas reais como nação ameaçada pela sombra de imperialismos bem mais poderosos que o nosso – imperialismo de pobre –, consciente também do nosso atraso face à Europa, António Vieira concebeu para o seu povo e para o seu país, à margem da história visível, o mais extraordinário dos sonhos: o de Portugal como encarnação de um Quinto Império. Que desmesurada loucura! No século XVII, em António Vieira, o sonho de um Quinto Império era ainda escorado pelos últimos reflexos de um império real disperso da Amazónia a Timor. Era possível ligá-lo a um vislumbre de realidade, mesmo que tal império fosse mais de natureza espiritual que temporal. [...] Mas é à medida que Portugal perde o seu estatuto na Europa, na Ásia, e sobretudo no Brasil e em África, que o sonho de Vieira ganha todo o seu sentido e se torna um verdadeiro mito, isto é, um condensado dos nossos sonhos mais secretos ou do único sonho que a nossa nação fabricou de acordo com a História: o de um povo messiânico, marginalizado ou excluído dos negócios de um mundo que ele ajudou a revelar-se, esperando não sei que milagre que lhe restituiria o seu papel de povo mediador. (Lourenço 1993: 153-154)

A Europa e o Novo Mundo, em experiência contrastante, deram a Portugal, pela voz crítica de Vieira, uma consciência mais lúcida dos seus problemas e dos caminhos novos para as suas soluções. As viagens do pregador jesuíta, quer como missionário religioso, quer como embaixador político, permitem olhar dois universos bem diversos civilizacional e mentalmente. A velha Europa imperial e dominadora dos novos espaços abertos pela primeira globalização, possibilitada pelas viagens marítimas. E o Novo Mundo, oportunidade nova de expansão da fé religiosa tendente à sua universalização: a possibilidade de ensaiar a construção de um mundo com base numa sociedade nova, cristãmente modelada e aperfeiçoada.

Referências

- Besselaar, José van den. «António Vieira e a Holanda». *Revista da Faculdade de Letras*, III, 1971, 5-35.
- Calafate, Pedro. *Portugal como Problema (Séculos XVII-XVIII): da Obscuridade Profética à Evidência Geométrica*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006.
- Carvalho, Valentim. *Apologia do Japão*. Introdução e transcrição de José Eduardo Franco. Revisão científica José Carlos Miranda. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2007.
- Franco, José Eduardo. «Teologia e utopia em António Vieira». *Lusitania Sacra*, XI, 1999, 153-245.
- Franco, José Eduardo. *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente*. Lisboa: Gradiva, 2006.
- Franco, José Eduardo (coord.). *Entre a Selva e a Corte. Novos Olhares sobre Vieira*. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.
- Franco, José Eduardo / Lemos, Aida / Pinho, Joana Balsa de (coords.). *Vieira, 'Esse Povo de Palavras'*. Paris: Esfera do Caos, 2016.
- Gomes, Pinharanda. *História da Filosofia Portuguesa*. Vol. 3. Lisboa: Guimarães Editores, 1992.
- Lourenço, Eduardo. *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. 4.^a edição aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- Lowney, Chris. *Liderança Heróica*. Lisboa: Verbo, 2006.
- Martins, Hermínio. «O federalismo no pensamento político português». *Penélope*, 18, 1997, 13-49.
- Real, Miguel. *Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa*. Matosinhos: QuidNovi, 2008.
- Rodrigues, Jorge Nascimento / Devezas, Tessaleno. *Portugal Pioneiro da Globalização*. Lisboa: Centro Atlântico, 2007.
- Valente, Vasco Pulido. *Estudos sobre a Crise Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

- Vieira, António. «Carta 208. A D. Rodrigo de Meneses». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo I, vol. II. Coordenação de Miguel Real. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013a, 491-492.
- Vieira, António. «Carta 282. A D. Rodrigo de Meneses». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo I, vol. III. Coordenação de Ana Leal de Faria. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013b, 95-96.
- Vieira, António. «Carta 378. A D. Rodrigo de Meneses». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo I, vol. III. Coordenação de Ana Leal de Faria. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013c, 279-283.
- Vieira, António. «Carta 467. A Duarte Ribeiro de Macedo». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo I, vol. III. Coordenação de Ana Leal de Faria. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013d, 453-454.
- Vieira, António. «Carta 508. A Duarte Ribeiro de Macedo». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo I, vol. III. Coordenação de Ana Leal de Faria. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013e, 536-537.
- Vieira, António. «Carta 522. A Duarte Ribeiro de Macedo». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo I, vol. IV. Coordenação de Mary del Priore e Paulo de Assunção. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013f, 52-53.
- Vieira, António. «Sermão da Epifania». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo II, vol. I. Coordenação de João Francisco Marques. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013g, 352-396.
- Vieira, António. «Sermão de Nossa Senhora do Ó». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo II, vol. VII. Coordenação Geral de João Francisco Marques. Coordenação do volume de João Adolfo Hansen. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013h, 374-396.

- Vieira, António. «Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo III, vol. IV. Coordenação de Adma Muhana. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014a, 63-106.
- Vieira, António. «Riso de Demócrito do Padre Jerónimo Cataneo». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo II, vol. XV. Coordenação de Fernando Cristóvão. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014b, 231-240.
- Vieira, António. «Sermão de Santo António». Em: José Eduardo Franco / Pedro Calafate (dirs.). *Obra Completa Padre António Vieira*. Tomo II, vol. X. Coordenação de Carlota Urbano, José Carlos Lopes de Miranda e Margarida Miranda. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014c, 231-249.